

Intervenção do Secretário de Estado da Energia, João Galamba, na Sessão do Plano Nacional Energia e Clima (PNEC)

28 de janeiro 2019

O dia de hoje marca o início de um processo de debate público em torno do Plano Nacional Integrado de Energia e Clima, doravante PNEC. Durante os próximos meses, o Governo irá promover um debate público descentralizado sobre o PNEC, com seis sessões de debate em todo o território nacional, quatro no continente e uma em cada região autónoma. Após estas sessões, o PNEC será enviado para consulta pública, durante um período de 30 dias.

E, como é evidente, também pretendemos levar o debate à Assembleia da República. Como se percebeu durante esta manhã, há muito para debater. Não as metas, mas o modo de as atingir, melhorando e enriquecendo o PNEC. E temos tempo, até porque a versão consolidada do PNEC só tem de ser enviada para a Comissão Europeia em meados deste ano.

Mas as metas para o setor da energia, essas, são inequívocas: queremos atingir uma incorporação de 47% de fontes renováveis no consumo final de energia. É um compromisso ambicioso, e seguramente exigente, mas Portugal, por importar todo o petróleo, gás e carvão que consome, tem a obrigação de ser ambicioso na descarbonização da economia e ir além do mínimo que lhe é exigido pela Comissão Europeia.

A transição energética, da qual o PNEC é um pilar essencial, não é um fardo ou uma obrigação que o País enfrenta e a que vai ter de se sujeitar, é uma oportunidade. Uma oportunidade para aumentar o investimento, o emprego e o crescimento da economia, uma oportunidade para substituir importações, uma oportunidade para o nosso sistema científico e de inovação. E sim, também uma oportunidade para os consumidores, que terão custos mais reduzidos, sobretudo quando comparado com os custos que teriam caso mantivéssemos a nossa dependência fóssil.

Atingir 47% de fontes renováveis no consumo final de energia implica a duplicar a capacidade instalada em tecnologias renováveis para a produção de eletricidade por volta de 2027. Para além do significativo reforço da

dimensão renovável do nosso sistema electroprodutor, a meta dos 47% também implica a eletrificação de todos os setores da economia, com particular ênfase no setor da mobilidade e transportes.

A generalização da mobilidade elétrica, o reforço dos transportes públicos e de sistemas de mobilidade partilhada são imprescindíveis para atingirmos 20% de renováveis nos transportes e para o cumprimento das metas para 2030. O PNEC faz parte de uma estratégia integrada e está a ser construído em coordenação e articulação com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e com o Plano Nacional de Investimentos 2030, sendo o seu contributo decisivo para a definição das linhas de ação para a próxima década rumo à neutralidade carbónica e para a definição dos investimentos estratégicos para a próxima década na área da energia e clima.

Com estes objetivos em mente, e também porque antes das metas de 2030 existem as de 2020 – 31% de renováveis no consumo final de energia e 60% de eletricidade a partir de fontes de energia renovável – o Ministério do Ambiente e da Transição Energética tomou medidas para acelerar o investimento em nova capacidade renovável.

As metas são importantes, como é evidente, mais ainda mais importante – até porque é aquilo que torna social e politicamente viável o cumprimento de quaisquer metas – é assegurar que os consumidores tiram partido da significativa redução de custos associada ao reforço da produção de eletricidade com recurso a fontes renováveis, em particular a partir do sol e do vento.

Para além de todos os outros benefícios, substituir fóssil por renovável pode poupar dinheiro aos consumidores. Sim, poupar dinheiro aos consumidores. Isto tem de ser dito, e tem de ser demonstrado, no imediato, na concretização de determinadas opções políticas. Dito de outra forma, e numa linguagem mais adaptada aos tempos presentes, dependendo do modo como se desenha as políticas públicas, podemos fazer com que, num processo de forte investimento em nova capacidade renovável, parte das “rendas” desse reforço de capacidade seja apropriada pelos consumidores, sem com isso entrar em litígio com as legítimas expectativas dos produtores e dos investidores, tornando possível um círculo justamente apelidado de virtuoso – ganha o País por todas as razões referidas por mim no início, e ganham simultaneamente os consumidores porque têm acesso a

eletricidade produzida a um custo menor (e estável) do que as alternativas fósseis e ganham os produtores, porque é isso que é suposto acontecer num sistema de livre iniciativa: não se investe na expectativa de se perder dinheiro (e, neste caso, cabe ao poder político garantir que não ganha em excesso, e que esse excesso reverte para os consumidores).

A grande novidade do solar e da eólica não é dispensarem subsídios e poderem ser vendidos a preço de mercado, mas sim poderem (e portanto deverem) ser vendidos abaixo do preço de mercado, sobretudo enquanto o preço de mercado for determinado por tecnologias fósseis, com um custo marginal mais elevado do que a eólica e o solar.

Vender a preço de mercado permite aos produtores de renováveis ficarem com uma renda que resultaria de venderem a um preço determinado pelas alternativas fósseis, muito mais elevado do que os seus custos reais de produção. Enquanto houver eletricidade produzida por recurso a fontes de energia fóssil (mesmo em 2030 continua a haver eletricidade produzida a partir o gás, cerca de 20% do total), o preço de mercado tenderá sempre a acompanhar o custo marginal desta tecnologia, muito mais elevado do que o solar e o eólico, e que tenderá a aumentar, porque muito em breve o gás deixará de ter isenção de ISP e porque o preço do carbono, pago pelos poluidores (fósseis), tenderá a subir, não a baixar. Por todas estas razões, vender a preço de mercado só não é uma má (e desnecessária) notícia para os consumidores se os produtores compensarem os consumidores por outra via.

Foi por ser importante acelerar o aumento da capacidade renovável e garantir que esse novo investimento se traduz num ganho imediato para os consumidores que desenhamos uma solução para desbloquear os pedidos de **sobreequipamento** dos centros electroprodutores eólicos. Segundo estimativas da ERSE estamos a falar de nova potência instalada elegível de 822MW, sendo que existem pedidos (todos indeferidos por, de acordo com parecer da ERSE, 60 euros por mw representarem um custo para a tarifa de eletricidade).

Se tomarmos em consideração que esta potência nova será instalada em centrais já existentes, onde a essência do impacto ambiental já foi acautelado e onde se vai poder tirar partido da capacidade de rede desaproveitada, o sobreequipamento é uma via racional e muito eficiente

que não deve continuar a ser desperdiçada. Hoje mesmo será por mim assinada uma portaria que dispensa parecer da ERSE caso o operador opte por uma tarifa de 45€ o MWh, durante 15 anos. Todos os pedidos que optem por essa tarifa serão autorizados. Adicionalmente, também pretendemos regulamentar o repowering. Haverá seguramente novos centros electroprodutores eólicos, mas o grosso do reforço de capacidade eólica previsto no PNEC será feito por via do sobreequipamento e do repowering.

Por absurdo que possa parecer, a fonte de energia endógena que mais caracteriza o nosso País aos olhos do mundo é também a mais subaproveitada. Na realidade, – não vale a pena iludirmo-nos – no que ao solar diz respeito, a reforço de capacidade tem sido manifestamente insuficiente. E, se nada fosse feito, esse reforço continuaria a ser insuficiente, pondo mesmo em causa os compromissos do país que constam do PNEC.

Dos 1240 MW de potência fotovoltaica licenciados foram instalados menos de 50 mw. Perante este cenário, iremos dar resposta aos entraves técnicos à expansão do solar, sobretudo no sul do País, por falta de capacidade da rede. Assim que tiver em minha posse o parecer da Assembleia da República, caso este seja positivo (e estou seguro que será), irei aprovar o PDIRT (uma novidade para mim, mas uma novidade também para o PDIRT, uma vez que será a primeira vez que um PDIRT é aprovado). Adicionalmente, já foi comunicado à REN que o próximo PDIRT, a apresentar muito brevemente, deve ter em conta os objetivos que constam do PNEC, nomeadamente ao reforçar os investimentos estratégicos na rede elétrica de forma a possibilitar o cumprimento das metas para 2030.

Para reforçar a capacidade renovável de origem solar iremos efetuar **leilões** de potência. O primeiro já em junho deste ano. Irão a esse leilão 1350 mw. Em janeiro de 2020, mais 700 mw, numa série de dois leilões por ano, com o objetivo de atingir entre 6 e 7 GW de nova capacidade em centrais PV em exploração até 2027.

Num cenário de forte procura por licenças de produção, os leilões são a melhor forma de dar vazão a essa procura, acelerando a realização de investimento em nova capacidade, dando prioridade aos projetos com menores custos e com maiores garantias de execução, permitindo uma

melhor articulação entre o processo de emissão de licenças e os investimentos em nova capacidade de rede.

Mas os leilões são, acima de tudo, um instrumento para garantir o que referi anteriormente: que a nova capacidade renovável se traduza em ganhos imediatos para os consumidores, baixando o preço da eletricidade. Temos neste momento mais de 5GW de projetos solares por licenciar e queremos vê-los concretizados quanto antes, tendo em conta os investimentos que irão sendo feitos na rede, como previstos nos sucessivos PDIRT, bem como a evolução do consumo de eletricidade.

Mas também queremos que os consumidores se apropriem (legítima e justamente) de parte dos ganhos associados ao que alguns chamam “corrida ao solar”. Como? De duas maneiras, isto é, através de dois tipos de leilões, porque, como referiu o Ministro do Ambiente e da Transição Energética na entrevista que dá hoje ao Negócios e à Antena1, há dois tipos de investidores: um tipicamente associado a projetos de maiores dimensões, que prefere vender em mercado; outro, normalmente de menores dimensões, em que a existência de uma tarifa garantida é condição necessária para a realização do investimento.

Um dos leilões irá definir uma tarifa, que será abaixo do preço de mercado. Quanto? Isso depende da realidade concreta de cada leilão, que é um mecanismo de mercado que pretende assegurar uma determinada capacidade de mw pré-definida ao menor custo possível. Uma coisa parece evidente, se a Alemanha, que tem metade das horas de luz que nós temos por ano, conseguiu leilões a preços abaixo do preço de mercado, Portugal terá seguramente resultados ainda melhores, mais em linha em termos de preço com os de Espanha.

Para os leilões sem tarifa garantida, os consumidores irão beneficiar através de uma contribuição regular a pagar pelos produtores, sendo que é o valor desse pagamento que será objeto de licitação. Se a fixação de uma tarifa pretende assegurar a capacidade pretendida no primeiro tipo de leilão ao menor custo, a contribuição que resultar do leilão pretende assegurar a contribuição máxima para a capacidade pretendida. Mais uma vez: são duas formas de realizar o mesmo fim – beneficiar o consumidor, criando mecanismos para que este se aproprie de parte dos ganhos decorrentes do

custo do solar ser inferior ao preço de mercado, baixando (e estabilizando) os custos da eletricidade.

No final do primeiro trimestre serão tornados públicos os cadernos de encargos e todos os requisitos para a participação nos leilões de junho, sendo nessa data também tornado público qual a % dos 1350 mw que irá a leilão sem tarifa garantida e qual a percentagem a atribuir mediante fixação de tarifa.

O processo de licenciamento dos investimentos na rede e em nova capacidade renovável será revisto e melhorado, tendo em vista a concretização atempada dos investimentos necessários para cumprir os objetivos constantes do PNEC.

Paralelamente, o ORT e o ORD terão prazos de resposta mais apertados, para garantir que não há atrasos no investimento por demora de resposta dos operadores das redes de serviço público. O cumprimento das metas é um objetivo de todos, que só será atingido com o contributo de todos.

Importa também referir a importância de incentivar a produção solar descentralizada, porque as metas de capacidade solar para 2030 não dependem apenas do sucesso dos leilões, mas também de um forte crescimento do solar descentralizado e de sistemas e soluções de autoconsumo. Para tal, pretendemos adequar o enquadramento legal da Pequena Produção Descentralizada (UPP e UPAC) à necessidade de generalizar e disseminar a produção descentralizada de eletricidade, eliminando barreiras ao crescimento da produção solar descentralizada.

Sobre este tema, refiro apenas a necessidade de rever a impossibilidade de uma unidade de autoconsumo servir mais do que um cliente. Os casos dos condomínios e de alguns parques industriais são, a este título, ilustrativos de uma barreira a eliminar: um painel num prédio pode alimentar o consumo a cargo do condomínio, mas não consumos de diferentes condóminos. Uma UPAC pode alimentar um cliente industrial, mas não vários clientes industriais.

Para além destas medidas, demos igualmente outros passos importantes rumo ao horizonte 2030: estou-me a referir agora ao imperativo da **eficiência energética**.

A eficiência energética é uma componente chave na descarbonização da economia e no cumprimento das metas do PNEC. A eficiência energética nos edifícios tem de constituir uma componente incontornável da regulação que orienta tanto a reabilitação de prédios antigos como de novos empreendimentos. É neste âmbito que o PNEC incorporará os objetivos e resultados de uma estratégia de longo prazo para a renovação de edifícios, assim como aplicação do modelo de edifícios “nearly zero energy buildings” NZEB em Portugal.

Cientes que o Estado tem de dar o exemplo neste domínio, empenhamo-nos em viabilizar um conjunto alargado de projetos de Eficiência Energética na Administração Central do Estado que se encontravam suspensos por uma série de constrangimentos regulamentares, e que irão agora poder ser executados. São 102 operações cofinanciadas por fundos europeus ao abrigo do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência (PO SEUR). Um investimento global considerável de 144M€ que irá dar retorno em múltiplas formas. As entidades promotoras são Hospitais e Centros de Saúde, Universidades e Politécnicos, Edifícios da Administração Central e Tribunais. Avançarão, de imediato, projetos em três grandes unidades hospitalares, uma delas, o Hospital de Santa Maria, que é o edifício do Estado que mais consome energia.

Estes projetos de eficiência energética na reabilitação das infraestruturas públicas vão contribuir significativamente para o objetivo de reduzir as emissões nacionais de gases com efeito de estufa. De facto, trata-se de 23 000 toneladas equivalentes de petróleo, o que equivale a cerca de 260 GWh de redução anual estimada do consumo de energia primária nos edifícios públicos. Representando uma diminuição anual estimada de 46.500 Toneladas de CO2 equivalente. Ou seja, uma redução anual estimada da despesa pública com energia nos edifícios públicos de 10,4 M€.

A eficiência energética pode e deve ser encarada como fundamental, tendo um papel preponderante na definição de uma estratégia energética sustentável, onde o seu investimento é baixo, liberta energia ao evitar o consumo, não tem emissões, ou seja: impõe-se por si só!

Na realidade, a eficiência energética tem vindo a desempenhar um papel determinante na prossecução dos objetivos assumidos por Portugal em matéria de energia e clima, tendo um impacto positivo no ambiente e na

segurança de abastecimento, bem como no custo da energia para as empresas e famílias. A eficiência energética contribui inequivocamente para a diminuição dos custos de produção, e deve, por conseguinte, ser encarada como uma prioridade de investimento.

Todavia, os investimentos em eficiência energética devem também ser concebidos de maneira integrada tirando partido das formas de produção para o autoconsumo, como a constituição de redes inteligentes que viabilizam os produtores-consumidores e as redes de produtores peer to peer, sem desprezarmos as tecnologias de armazenamento de energia que se vislumbram exequíveis em tempo útil.

Na prática, o PNEC enfoca-se num conjunto de outras ações prioritárias para setor da energia, tais como:

- Formar uma visão estratégica da rede elétrica nacional para 2030 e 2050, que concorra para o cumprimento dos objetivos e metas nacionais e para as concessões de BT, tendo em consideração as novas tendências (digitalização, armazenamento, inteligência, descentralização, entre outros);
- Proceder à regulamentação técnica, económica e operacional do armazenamento, tendo em vista a segurança de abastecimento no contexto de um sistema com forte penetração de renováveis;
- Instituir uma estrutura de acompanhamento da transição energética e de suporte à implementação do PNEC nas suas várias vertentes.

O futuro da energia é complexo e exige muito trabalho de forma a criar o melhor enquadramento técnico, económico e regulatório que permita acomodar e otimizar a eficiência energética, a massificação das renováveis, a eletrificação da mobilidade e a armazenagem descentralizado, sem pretermirmos o combate à pobreza energética e apoio aos consumidores mais vulneráveis, através da tarifa social.

O Plano Nacional Integrado Energia e Clima 2021-2030, na versão preliminar que se abre agora à discussão pública, concorre para a política europeia de combate às alterações climáticas e das consequentes mudanças globais no uso mais eficiente dos recursos. Isto numa perspetiva dinâmica de progresso socioeconómico proporcionado pelos ganhos da

competitividade e sustentabilidade associados à transição para uma economia verde. Portugal está profundamente empenhado na transformação estrutural do seu modelo de desenvolvimento, procurando desta forma criar condições para uma maior coesão e convergência no contexto europeu.

A descarbonização e a transição energética devem ser encaradas como desígnios mobilizadores de toda a sociedade portuguesa. Esta é uma grande oportunidade estratégica para o país, que implica a mobilização de todas as partes envolvidas.

Queria terminar agradecendo a todos os que estiveram envolvidos diretamente na elaboração deste documento estratégico. Às coordenadoras Maria João Coelho, da Adene, e à Ana Teresa Perez, da APA, às equipas da DGEG, em particular à sua equipa de modelação, da APA, da ADENE e do LNEG e a todos os membros do Gabinete do Sr. MATE e do meu próprio Gabinete.